

GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PODER JUDICIÁRIO

NILSON VITAL NAVES

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Quando me foi feito o convite para participar deste congresso, voltado para relevante e proveitosa proposta de debater a implementação de ações de grande alcance na administração da justiça, eu me dispus a falar sobre as minhas pessoais inquietudes a propósito do papel do Judiciário, mas creio que exprimo, neste momento, os sentimentos de toda a magistratura brasileira – magistratura que, de muito, anda em busca de soluções significativas para entraves que impedem o bom funcionamento do nosso Poder, fazendo-nos suportar o inconveniente estigma da morosidade.

Vou valer-me aqui um pouco da história; afinal, todos dependemos do que já veio antes. Pois não é, Senhoras e Senhores, que já fui tudo – ou quase tudo – no Judiciário, tive alegrias, também tristezas, tenho-as ainda, e uma das minhas maiores alegrias foi e, é claro, continua sendo a de ter participado dos trabalhos de instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Sabem todos que me acho no Superior desde a sua instalação, e já se vão alguns anos. E, de lá, digo, das salas do Superior Tribunal, saíram inúmeras proposições para um Judiciário melhor; estou aqui querendo referir-me à Reforma. Como ninguém, modéstia à parte, tamanha a certeza dos benefícios, dediquei-me – e por anos a fio, hem? - a cobrar o exame e aprovação do texto encaminhado ao Congresso. E, conquanto valiosas medidas não tenham sido aprovadas – e algumas das aprovadas não agradaram a muitos, a mim particularmente -, a emenda que o foi pôs, diante de nós, desafio irrecusável: o de contribuir para o aperfeiçoamento da magistratura brasileira, procurando dar-lhe harmonioso corpo e a correspondente alma. A Emenda nº 45 apresentou-nos, de forma embrionária, a Escola Nacional, a funcionar junto ao Superior Tribunal,

com a imprescindível e eficaz colaboração dos tribunais estaduais e dos regionais.

Haveria, pois, de me lembrar das ações que marcaram os primeiros dois anos da Escola Nacional; haveria, por isso mesmo, de me questionar a quantas anda, de lá para cá, a magistratura brasileira.

Recordo, então, o ano 2007, histórico, ano que inaugurou novos tempos para as escolas judiciais no Brasil. A instalação da Enfam, a definição do seu modelo institucional e operacional, a formação do grupo de colaboradores, a edição das primeiras resoluções, as reuniões com diretores das escolas nacionais... Estávamos ali ditando, de modo decisivo, creio, o futuro da Justiça. Quantos alvos! Entre eles, talvez o mais desafiador, o de transcendermos as fronteiras dos Estados e regiões. Cheguei a dizer, num dos nossos primeiros eventos, que haveríamos de percorrer distâncias dentro de nós mesmos – por certo, as maiores!

Recordo, ainda, as nossas primeiras resoluções. Tivemos, desde os trabalhos iniciais de implementação, meses de estudo e de cuidadosa discussão. Debruçamo-nos sobre os textos constitucionais e resolução que determinaram a instalação da Escola; neles nos detivemos, e o fizemos a fim de dar-lhes a melhor das interpretações. Sabem por que tanta cautela? Porque a nós cabia, preservando os princípios da Enfam e respeitando a autonomia das escolas na organização dos cursos – isto é, possibilitando a observância das peculiaridades de cada Estado –, fixar diretrizes para a formação e aperfeiçoamento do magistrado, permitindo-lhe eficaz preparação desde o momento da seleção até a última promoção.

Embora já seja do conhecimento de todos o teor daquelas normas, quero, todavia, porque entendo seminal a lembrança, falar-lhes, em breves palavras, acerca do que dispõem. A primeira tratou do curso de formação para ingresso na carreira, que passou a constituir a etapa final do concurso para seleção de magistrados. Aí, a nossa grande inovação.

Foi fixado um currículo mínimo e estabelecido o período de quatro meses para a execução, tempo durante o qual o candidato é imerso em situações da atividade judicante, inclusive no que diz respeito a conciliação, audiências e elaboração de sentenças, sendo continuamente avaliado por equipe multidisciplinar. A ênfase da metodologia é a formação humanística e pragmática do candidato. Vejam que a meta estabelecida foi a de que o novo juiz, ao iniciar as atividades judicantes, já esteja bem sintonizado com a Justiça.

A segunda resolução dispôs sobre os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção, cujo objetivo é aprimorar aqueles realmente vocacionados, promovendo-lhes a reciclagem nas etapas seguintes ao ingresso na carreira. Tais cursos têm permitido a atualização contínua, dando destaque também aos aspectos humanísticos, à ética e à deontologia do magistrado, bem como à administração judiciária, à gestão administrativa e de pessoal. Em suma, nossa proposta foi criar uma cultura – boa, salutar, diria eu – de educação continuada do magistrado.

Já 2008 foi um ano marcado pela interação: juntamente com as escolas, buscamos um caminho consensual para a consolidação da nossa proposta filosófica e metodológica. Foi, ainda, um ano de aprendizagem, de multiplicação também. Posso dizer que gestamos nova mentalidade relativamente aos programas de capacitação, sobretudo no que diz respeito à prática de pacificação de conflitos. Aquela cultura jurídica da guerra, em que conceitos de perdedor e ganhador alimentam a lógica da disputa judicial, tem sido substituída pela ideia de mediação dos interesses em combate – um trabalho mais preventivo do que curativo.

Foi, pois, com essa saudável mentalidade que a Escola Nacional conjugou esforços voltados para a implementação dos programas de capacitação de magistrados. Realizamos o primeiro curso de formação de multiplicadores em técnicas autocompositivas – primeiramente, para a

magistratura estadual, depois, para a federal. Os resultados foram promissores: mais um mecanismo alternativo para a solução de litígios, a mediação é, dúvidas não há, exemplo de modernização. Por meio dela, espera-se a pacificação da lide pelo consenso das partes, de maneira a evitar ou atalhar o processo. Trata-se, em verdade, de afirmação da simplicidade, da celeridade e da economia processual.

Recomendamos e executamos, respectivamente, curso de aperfeiçoamento e de multiplicadores sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Realizamos também curso de multiplicadores sobre impactos econômicos e sociais. O evento, entendo, foi parte da resposta às indagações que nos têm acompanhado nas nossas idas e vindas pelas salas e corredores do Judiciário, em que depositados sonhos, direitos e haveres das pessoas que por ali circulam à espera de uma prestação jurisdicional mais ágil, transparente e eficaz.

Ninguém pode negar que todas essas ações promovidas pela Escola lançaram, tal é o que costumo dizer, luz sobre nossas inquietações, também nos trouxeram esperança – a de termos mais uma alternativa para amenizar o acúmulo de processos que lotam as prateleiras de todo o Judiciário. Pois vejam que formar multiplicadores surgiu como uma das saídas eficazes para a crise da Justiça, que não é de hoje! Todos sabem que a Carta de 1988 motivou uma crescente demanda por justiça. Ao tempo da inauguração do texto constitucional, não nos demos conta da avalanche de processos que afluíam aos tribunais e do entrave que isso representaria para a prestação jurisdicional.

A propósito, o Judiciário brasileiro está sobrecarregado. Falta-nos, muitas vezes, a força necessária para dar cobro aos processos. Chegam-nos, usando uma expressão machadiana, às braçadas, por atacado. Só para que se tenha uma ideia, o Superior Tribunal, com apenas vinte anos, querendo eu, aqui, fazer notar o contrassenso dos números, é Tribunal de mais de um milhão de recursos especiais, tanto

outro de agravos, Tribunal de mais de cem mil habeas corpus, tanto outro de mandados de segurança, cautelares... Se isso revela o prestígio da Justiça – e creio que sim, pois as pessoas têm buscando, e muito, solução para seus conflitos –, deixa-nos sobremaneira preocupados com a rapidez das decisões, porque nos faltam mãos e corações...

À vista desse quadro, quem de nós não se tem preocupado com a gestão democrática do Judiciário? Ora, falar de tema tal significa, antes de tudo, falar em democratização do acesso à Justiça e em efetividade da prestação jurisdicional; significa, portanto, falar sobre meios que tornem a Justiça mais eficiente e mais válida, a prestação jurisdicional mais rápida, pronta e acabada; enfim, significa falar na boa atuação do juiz para o de movimento de entraves porventura existentes à realização da justiça.

O fato é que – e aqui o ponto a que gostaria de dar destaque –, embora nossas aspirações se voltem para a efetiva prestação jurisdicional, não podemos ignorar que não há como o Judiciário melhorar sem que antes os homens que nele lidam bem se formem e mais se aprimorem. Todos sabemos que não basta ao juiz a teoria. Nele esperamos encontrar sólida formação jurídica e humanística, pois cabe-lhe a garantia da eficácia das leis, a realização da justiça e a proteção das liberdades individuais, sobre o que repousa a melhor das democracias.

O cenário, pois, leva-me a concluir que o aprimoramento da magistratura é primordial, tarefa da qual se tem desincumbido, e bem, a Escola Nacional. Não posso deixar de admitir que os resultados, seja na formação, seja na capacitação do juiz, têm-se robustecido, dia a dia, graças ao trabalho seminal de abnegadas pessoas, entre as quais, permitam-me, incluo as que integram as escolas nacionais da magistratura.

É por essa e por outras razões que, não comungando das vozes que falam em falência do Judiciário, enxergo, com fecunda

expectativa, o atual momento da magistratura brasileira, de parceria em todos os âmbitos. Aliás, esse haverá de ser o caminho, devendo, sem dúvida, sê-lo, que encontraremos para falar a mesma linguagem em termos de justiça. O que não podemos negligenciar é a continuidade desse debate democrático. Dela, nisso haveremos todos de convir, dependerá a saúde da magistratura nacional. Queremos ver o aprimoramento da cultura jurídica e das instituições, sobretudo queremos contribuir para a capacitação daqueles que têm um sonho, também um nobre objetivo: trabalhar em prol do erguimento de um Judiciário forte e independente, rápido e eficaz, atuante e prestante, sem o qual nunca haverá democracia que valha a pena!